



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de
Educação, Ciência, Juventude e Desporto

São Bento, 11 de novembro de 2019.

Assunto: Audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre o trabalho não remunerado dos docentes do ensino superior público

Os dados mais recentes da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) apontam para um aumento exponencial dos contratos de docência sem remuneração. Esta situação preocupa o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O crescimento da proporção dos docentes convidados (alguns sem remuneração) é assinalável: tendo passado de 30% em 2012 para 42% em 2018. Tal facto agrava-se quando a Inspeção Geral da Educação e Ciência nega esta realidade, afirmando que “A contratação de docentes convidados sem remuneração, tanto quanto se pode constatar, para além de não contribuir para o agravamento da precariedade laboral no ensino superior, tem possibilitado, com a consagração legal deste instrumento *pro bono* de inter-relação das instituições do ensino superior com a sociedade em geral, a continuidade e o surgimento de relevantes contributos prestados por individualidades, internas ou externas à academia, de reconhecida competência científica, pedagógica e ou profissional.” Ora, a maioria dos docentes que têm contrato sem remuneração não se enquadram nos casos especiais de contratação previstos na lei. Há, portanto, uma interpretação abusiva destes casos em que é possível, a título excepcional, exercer docência sem pagamento por esse trabalho. A acrescentar a isto, tem existido, por parte do Ministro que tutela a área uma incapacidade de atuar em tempo real e com eficácia, de modo a combater este flagelo e erradicar a precariedade do Ensino Superior. Pelo contrário, é o

próprio responsável em causa, em declarações públicas, que acompanha a visão defensora do trabalho não remunerado como normal, recomendável e em nada conflituante com segurança no emprego e igualdade de tratamento entre profissionais que desempenham as mesmas funções.

A expansão destes contratos é um sinal de que o exercício da docência sem remuneração não só prejudica nos seus justos direitos laborais dos profissionais em causa como pressiona negativamente, no sentido da precariedade, todo o sistema do Ensino Superior e Ciência.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Deputado e a Deputada do Bloco de Esquerda,

Luís Monteiro e Joana Mortágua